



RELISE

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ENVIRONMENTAL SOCIAL AND GOVERNANCE (ESG) EM EMPRESAS¹

ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE (ESG) PRACTICES IN COMPANIES

Augusto Londero Orsolin²

Lucas Veiga Ávila³

Marcelo Trevisan⁴

Leila Dal Moro⁵

Diego Marques Cavalcante⁶

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de identificar a aplicabilidade das práticas de *Environmental Social and Governance* nas organizações. Quanto ao método com informações advindas da literatura e da norma PR 2030, elaborou-se um questionário eletrônico de 46 perguntas em escala likert divididas em 4 blocos e uma pergunta objetiva, por meio da plataforma *google forms* e foi validado por especialistas. Após a validação foi realizada uma pesquisa de levantamento tipo *Survey* com especialistas da área ESG de empresas brasileiras. Para a análise dos dados foi utilizada técnica descritiva simples por meio do software SPSS. Apresentam-se como principais resultados, de aplicabilidade na escala likert, no eixo ambiental as práticas listadas têm em média 38% de boa aplicabilidade, alta com 21%, e regular em 30% das respostas. No eixo social, a categoria diálogo social e desenvolvimento territorial obteve médias de 20% para regular, 40% para alta e 40% para muito alta em relação a aplicabilidade dos quesitos sociais. Direitos humanos teve 40% alto e 60% muito alto. Diversidade, equidade e inclusão social, obtiveram ponderações médias de 30% para regular, 20% alta e 50% muito alta. Sobre as relações e práticas de trabalho resultou em média 10% regular, 40% alta e 50% muito alta. O último item social, promoção de

¹ Recebido em 28/08/2024. Aprovado em 21/10/2024. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.17680545

² Universidade Federal de Santa Maria. augustoocontador@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Maria. lucas.avila@ufsm.br

⁴ Universidade Federal de Santa Maria. marcelo.trevisan@ufsm.br

⁵ Atitus Educação. dieegomc@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Santa Maria. diego.cavalcante@acad.ufsm.br



RELISE

222

responsabilidade social na cadeia de valor atingiu resultados com 60% de aplicabilidade alta e 40% muito alta. O eixo governança, composto pelas categorias, governança corporativa, conduta empresarial, práticas de controle e gestão e transparência na gestão, obtiveram as melhores classificações da pesquisa junto aos representantes das empresas com as avaliações em média acima de 60% e 40% quanto à aplicabilidade.

Palavras-chaves: ESG, implementação, empresas.

ABSTRACT

This study aims to identify the applicability of Environmental Social and Governance practices in organizations. As for the method, using information from literature and the PR 2030 standard, an electronic questionnaire was drawn up with 46 questions on a likert scale divided into 4 blocks and one objective question, using the google forms platform and validated by experts. After validation, a survey was carried out with ESG specialists from Brazilian companies. Simple descriptive techniques were used to analyze the data using SPSS software. The main results for applicability on the Likert scale are that, on the environmental axis, the practices listed have an average of 38% good applicability, high with 21%, and regular with 30% of the responses. On the social axis, the social dialog and territorial development category had averages of 20% for regular, 40% for high and 40% for very high in relation to the applicability of social issues. Human rights scored 40% high and 60% very high. Diversity, equity and social inclusion obtained average weightings of 30% for regular, 20% for high and 50% for very high. Working relationships and practices resulted in an average of 10% fair, 40% high and 50% very high. The last social item, promotion of social responsibility in the value chain, scored 60% high and 40% very high. The governance axis, made up of the categories corporate governance, business conduct, control and management practices and management transparency, obtained the best ratings in the survey among company representatives, with average ratings above 60% and 40% in terms of applicability.

Keywords: ESG, implementation, companies.

INTRODUÇÃO

A sigla ESG é uma expressão internacional que significa *Environmental, Social and Governance* que se refere as práticas adotadas por uma organização para promover potenciais de rentabilidade e melhorar a qualidade da sociedade e preservação dos ecossistemas (PACTO GLOBAL, 2021).



RELISE

No contexto histórico, há diversas ponderações sobre o surgimento e evolução das práticas de ESG. Pinto (2020) evidenciou que inicialmente resulta de práticas religiosas e códigos éticos, ao qual alguns grupos estabeleceram princípios morais para o investimento de seu capital com base nas crenças e valores.

Em 1970 foi criado o fundo de investimentos *Pax World Fund* por dois investidores, que uniram seus capitais para investir em empresas e se destacavam pela responsabilidade social, eliminando apoiadores de guerras, como a do Vietnã, intensificando as preocupações com valores sociais (PINTO, 2020).

Leon Sullivan, no ano de 1977, destacou-se por consolidar ainda mais o desenvolvimento ESG ao estipular um código de conduta para as organizações, denominado Princípios de Sullivan, responsáveis por promover a responsabilidade social corporativa e influenciar economicamente nas questões da África do Sul, com relação ao *Apartheid* (PINTO, 2020).

Foi somente a partir de 2004, com a divulgação do *Who Cares Wins* (WCW) do Pacto Global com o Banco Mundial, destinado a instituições financeiras sobre como relacionar práticas ambientais, sociais e de governanças ao mercado de ações, que o ESG começou a receber o olhar do mercado para investimentos. Sendo que, em 2005, auferia relevância o Relatório de *Freshfields* (2005) apresentando a importância dos fatores ambientais, sociais e de governança na análise financeiras das empresas (PACTO GLOBAL, 2021).

Mais tarde, no ano de 2006, formularam-se os Princípios do Investimento Responsável (PRI) necessários para entender as implicações dos investimentos sobre os temas ESG e fornecer suporte aos signatários na interação do tema com suas decisões financeiras, tendo por base 6 princípios para aplicação quanto a incorporação do ESG.



RELISE

Esses 6 princípios se tratam de: (1) incorporar temas ESG às análises de investimentos; (2) ser proativo e incorporar temas ESG às políticas e propriedade dos ativos; (3) buscar fazer que as entidades na qual possui investimentos divulguem ações relacionadas ao ESG; (4) promover aceitação e implementação dos princípios no campo de investimentos; (5) trabalhar em conjunto para ampliar a eficácia dos princípios; e (6) cada signatário investidor deverá divulgar relatórios sobre atividades e desenvolvimento da implementação dos princípios (PACTO GLOBAL, 2021).

A proposta do PRI é fazer que investidores compreendam as consequências dos investimentos em organizações que atuam com práticas nas esferas ambientais, sociais e de governança, verificando aspectos positivos e negativos a respeito da análise (UNPRI, 2021).

Nessas circunstâncias, também se destaca o conceito de investimentos socialmente responsáveis (*Socially Responsible Investing* – SRI), que consideram não apenas os aspectos econômicos e de contabilidade, mas também o próprio ESG em suas estratégias (SAINI; SINGHANIA, 2019).

Com todo esse contexto apresentado pode-se perceber que há uma considerável ascensão de investimentos em ESG nos últimos anos, demonstrando que o mercado aprovou esse modelo de mensuração do desempenho das atividades de ESG (CRUZ, 2021).

O ESG tem por finalidade inserir práticas socioambientais na cultura das organizações e indivíduos com o intuito de fazer o mundo um lugar melhor de se viver, e ao mesmo tempo manter a economia aquecida, mas para que isto ocorra devem ser observadas as três esferas que compreendem as atividades a serem implementadas (GLOBAL, 2020).

No quesito ambiental ocorre a análise dos impactos causados ao meio ambiente pelas organizações, evidenciando o uso de recursos naturais



RELISE

ambientais, que tem por objetivo atuar de forma preventiva e proativa, tratando as questões ambientais com responsabilidade (PACTO GLOBAL, 2020).

No âmbito social, o foco é na igualdade e respeito dos indivíduos, focando em aspectos muito relevantes como inclusão social, direitos humanos, extinção da pobreza e qualquer tipo de exploração do ser humano, com o intuito de promover o bem-estar social da população em geral. No contexto organizacional, as empresas têm incluído práticas de ESG no seu plano de negócios para melhorar o ambiente de trabalho e satisfazer seus colaboradores (ENGELMANN; NASCIMENTO, 2021).

Na esfera de governança corporativa, diz respeito às estratégias políticas e práticas corporativas ajustadas para proporcionar maior transparência e eficácia do desempenho socioambiental das empresas, bem como firmar mecanismos de controle e incentivos à atuação ética dos envolvidos obedecendo as diretrizes da organização e promovendo melhorias no desenvolvimento das atividades (AMARAL, 2016).

A fim de esclarecer melhor o desenvolvimento das práticas sustentáveis nas organizações, faz-se necessário uma exemplificação dos pilares do ESG, evidenciando a dimensão, fatores de análise e sua definição, conforme indicado no Quadro 1.



RELISE

226

Quadro 1 – Dimensões do ESG

Dimensão	Fatores	Definição
Ambiental (E)	Emissões de Gases Efeito Estufa (GEE); Consumo e eficiência energética; Poluentes do ar; Uso e reciclagem da água; Produção e gestão de resíduos; Impacto e dependência da biodiversidade; Impacto e dependência dos ecossistemas; Inovação em produtos e serviços amigos do meio ambiente.	Questões ambientais que podem ter um impacto positivo ou negativo no desempenho financeiro ou solvência de uma entidade, soberano ou indivíduo.
Social (S)	Liberdade de associação da força de trabalho; Trabalho infantil; Trabalho forçado e obrigatório; Saúde e segurança no local de trabalho; Saúde e segurança do cliente; Discriminação, diversidade e igualdade; Oportunidade; Pobreza e impacto na comunidade; Gestão da cadeia de suprimentos; Treinamento e educação; Privacidade do cliente; Comunidade impactos.	Assuntos sociais que podem ter um impacto positivo ou negativo no desempenho financeiro ou na solvência de uma entidade, soberano ou indivíduo.
Governança (G)	Códigos de conduta e princípios de negócios; Responsabilidade; Transparência e divulgação; Remuneração dos executivos; Diversidade e estrutura do conselho; Suborno e corrupção; Engajamento das partes interessadas; Direitos dos acionistas.	Assuntos de governança que podem ter um impacto positivo ou negativo no desempenho financeiro ou solvência de uma entidade, soberano ou indivíduo.

Fonte: Autores adaptado de relatório da EBA (2021).

Evidenciada a trajetória e pontos mais relevantes do crescimento e uso pelas organizações do ESG se estabeleceu que o estudo teve como objetivo identificar a aplicabilidade das práticas de *Environmental Social and Governance* nas organizações. A próxima seção descreve essa prática sustentável no contexto global e do Brasil.

ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE EM EMPRESAS

O conceito de desenvolvimento sustentável chegou ao Brasil a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e nos últimos anos, o ESG tornou-se um assunto bastante referenciado a partir de 2020 como consequência da pandemia do COVID-19, que ocasionou um grande colapso de diversas organizações e culturas, afetando sistemas econômicos, sociais e ambientais (DONTHU; GUSTAFSSON, 2020).



RELISE

No que tange às regulamentações sobre a obrigatoriedade da divulgação de relatórios ESG, em novembro de 2020, foi aprovado o Comunicado Técnico 09 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que dispõe justamente sobre essa questão que até o momento não havia exigência.

O Comunicado Técnico Geral (CTG) 09 dispõe sobre a padronização da formulação dos relatórios ESG, como é o caso do Relato Integrado, para as empresas que atendam aos requisitos da Agenda 2030, portanto o comunicado não obriga que as empresas elaborem o documento, porém estabelece um modelo para servir de referência na integração das informações sobre os aspectos ambiental, social e de governança praticados. Aos olhos do Conselho Federal de Contabilidade tornou-se pertinente e eficaz a elaboração de um documento “padronizado” para tentar estabelecer uma melhor comparabilidade das empresas participantes.

Outro fato importante quanto à obrigatoriedade dos relatórios firma-se na percepção da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), que identificou que as empresas que adotam práticas de ESG estão menos vulneráveis a riscos externos e que conseguem evidenciar a sociedade que ao adotar estas práticas de desenvolvimento sustentável, tornam-se mais responsáveis e eficientes.

Portanto por meio da resolução 59, de 22 de dezembro de 2021, a CMV atualizou o formulário de referência das companhias abertas, para que, a partir de janeiro de 2023 contenham as seguintes informações.

No decorrer do desenvolvimento dos relatórios corporativos, três modelos foram criados para mensurar itens distintos quanto ao desenvolvimento das atividades empresariais, estipulando o Relatório Social, o Relatório Ambiental e o Relatório Anual. O Relatório Social, foi elaborado em 1970 com objetivo de demonstrar aspectos sociais das organizações, já o Relatório Ambiental, cunhado em 1980 voltados à evidenciação de questões ambientais, podendo incluir itens de saúde e segurança, e por último, o Relatório Anual, que



RELISE

a partir de 1990 passou a incluir informações relacionadas a aspectos éticos, sociais e ambientais das atividades (DAUB, 2007).

O presente estudo aprofunda-se no Relatório ESG, que é um relatório de sustentabilidade, mas que leva em consideração ações que a organização promove quanto às esferas ambiental, social e de governança, evidenciando o desempenho quanto às atividades aos *stakeholders*, na avaliação dos riscos dos investimentos (KOULOUKOUI, 2019).

O relatório ESG busca fomentar a nova demanda exigida pelas partes interessadas em evidenciar não somente informações financeiras e sim dados que demonstram que a organização contribui com a preservação do meio ambiente, questões sociais e de governança (KOULOUKOUI, 2019).

Pesquisadores definem Relatório ESG como a divulgação de informações que evidenciam os impactos das atividades corporativas dentro das dimensões ambiental, social e de governança à sociedade e investidores, para avaliar o desempenho das organizações e medir o risco ou oportunidade de investimento (ARRIVE, 2018).

Quando se fala de relatórios de sustentabilidade ou ESG, é relevante destacar que esses relatórios não são obrigatórios por Lei, conforme previsto na Lei número 6.404/746 (Lei das S.A.), exigem que as companhias de capital aberto emitam relatórios da administração sobre negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social, demonstrações financeiras, parecer de auditores independentes, parecer do conselho fiscal e demais documento pertinentes (BRASIL, 1976).

Diante do fato, a divulgação voluntária de relatórios sustentáveis vem ganhando significância à medida que evidenciam aspectos que influenciam na tomada de decisões e investimentos. A divulgação voluntária das organizações, principalmente relativa a dados ambientais, sociais e de governança (ESG) tem sido acentuada na análise corporativa nos últimos anos dado o crescente



RELISE

interesse dos *stakeholders* em informações que revelam as práticas corporativas socialmente responsáveis (BROGI; LAGASIO, 2019; CONCA et al., 2021; UMAR et al., 2021).

De acordo com Xie et al. (2019), o número de organizações que adotam e divulgam práticas de ESG tem aumentado significativamente ao longo dos anos. O uso do Relatório ESG tem sido bastante explorado no mundo corporativo por ser um demonstrativo que evidencia de forma transparente questões ambientais, sociais e de governança praticados pelas instituições, e, portanto, associado a melhores decisões de investimentos e chances de avaliar os riscos que possam vir a interferir no desenvolvimento das atividades, minimizando custos de agência e problemas de assimetria informacional (ATIF; ALI, 2021; LI et al., 2018).

Um item bastante importante quanto ao uso do relatório ESG e sua divulgação, está ligado à maximização de valores sustentáveis, melhorando a imagem e reputação da organização, como evidenciando aos investidores uma visão mais abrangente das questões financeiras futuras que esses investimentos acarretarão (BROGI; LAGASIO, 2019; HARYMAWAN et al., 2021).

No que tange às dificuldades na formulação dos relatórios de ESG, um tema bastante relevante relaciona-se aos desafios encontrados na estrutura e divulgação das informações ambientais, sociais e de governança, como o fato de não haver a fiscalização ou auditoria nos dados ESG, não existir uma orientação regulatória específica que garanta a precisão das informações relatadas, o que ocasiona em distorções ou divulgações de cunho oportuno, evidenciando informações que são mais proeminentes à organização do que à sociedade (DIMSON, 2020; FRIDE, 2019; KHAN et al., 2016).

Ainda que a literatura identifique que os fatores ambientais, sociais e de governança influenciam na avaliação e reputação das empresas, diante das questões de divulgação das informações, surge a expressão “*greenwashing*” (no



RELISE

português, lavagem verde), que ameaça a integridade das informações contida nos relatórios ESG (DU, 2014). De acordo com Bowen e Aragon-Correa (2014), o *greenwashing* é uma medida tomada pela organização na divulgação das informações com o objetivo de beneficiar-se perante a sociedade e investidores, pois os dados demonstrados nos relatórios ESG são dados que revelam situações em que a empresas se sobressai, omitindo demais informações da realidade que poderiam reduzir sua avaliação.

Estudos anteriores evidenciaram que na divulgação dos relatórios ESG, com foco na esfera ambiental, as organizações geralmente direcionam esforços para demonstrar aspectos simbólicos do que a realidade (MARQUIS et al., 2016; SHVARTS et al., 2018).

Como não há um consenso global de estrutura (*frameworks*) ou padrão estabelecido para elaboração do relatório ESG, as evidenciações de estruturas conhecidas pelos investidores dizem respeito a indicadores e índices de desempenho sustentável delineados conforme a abordagem do TBL: *Global Reporting Initiative* (GRI), Balanço Social, Instituto Ethos, 17 ODS e *Measuring Stakeholder Capitalism* (World Economic Forum – WEF).

Esta estrutura baseada no TBL, tem por objetivo mensurar as práticas ligadas à sustentabilidade corporativa considerando os recursos sociais e naturais necessário ao futuro da sociedade e evidenciá-los aos *stakeholders* para o processo de tomada de decisões quanto aos investimentos (CORT; ESTY, 2020).

Sendo assim, a finalidade do relatório ESG serve para divulgar informações a respeito das ações que foram priorizadas ou desenvolvidas pelas organizações ao longo de suas atividades, com o intuito de evidenciar a promoção de ações em benefício do meio ambiente, causas sociais e equilíbrio financeiro, na busca de investimentos e construção de uma boa imagem perante



RELISE

os *stakeholders* que a empresa além do lucro, tem preocupações com a sociedade e o futuro (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

MÉTODO

O estudo multicaso é uma abordagem de pesquisa qualitativa que envolve a análise aprofundada de múltiplos casos individuais, em vez de se concentrar em um único caso. Esses casos podem ser organizações, eventos, pessoas, comunidades, ou qualquer outra unidade de análise relevante para a pesquisa em questão. O objetivo principal do estudo multicaso é entender melhor um fenômeno, problema ou questão de pesquisa a partir de várias perspectivas e contextos diferentes (YIN, 2010).

Para execução da pesquisa, foi necessária uma primeira fase onde foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), abordando pontos específicos do ESG, para poder em seguida ser executada a pesquisa de levantamento tipo survey, ao qual foi elaborado um protocolo de pesquisa, e enviado aos responsáveis pelo ESG nas organizações participantes da ISE/B3 com a intensão de verificar quanto ao cumprimento das práticas ambientais, sociais e de governança, atribuindo-lhes uma nota.

A etapa preliminar qualitativa foi fundamental, pois nela o pesquisador desempenha papel fundamental na observação, seleção, consolidação e análise dos dados gerados, que se dão por meio de entrevistas ou questionários, depoimentos e outros dados que ajudam na descrição dos fatos, coletados a partir da perspectiva de pessoas que possuem conhecimento sobre o objeto do estudo (MINAYO, 2001). Já os métodos quantitativos são utilizados para medir opiniões, reações, hábitos e atitudes de um público específico através de uma amostra que representa de forma estatística aquela questão. As pesquisas quantitativas possuem um rol de situações que elas ocorrem, sendo entrevistas



RELISE

peçoais, por telefone, cartas e questionários estruturados fechados, semiestruturados e perguntas abertas (ARAGÃO, 2017).

Com informações advindas da literatura, elaborou-se um questionário eletrônico, através da plataforma *google forms*, que passou por um processo de validação. Após a validação foi efetuado um levantamento ou *Survey* com especialistas da área ESG de empresas brasileiras com o auxílio de um questionário online enviado a estes especialistas.

Sempre em escala likert de 0 a 5, onde 0 – não se aplica, 1 – muito baixa, 2 – baixa, 3 – regular, 4 – alta e 5 muito alta, o questionário contou com 7 questões no bloco ambiental: (1) Mudanças Climáticas: a empresa atende o critério de mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE); (2) Mudanças Climáticas: a empresa atende o critério de adaptação às mudanças climáticas; (3) Mudanças Climáticas: a empresa atende o critério de eficiência energética; (4) Recursos Hídricos: a empresa atende o critério de uso da água e gestão de efluentes; (5) Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos: a empresa atende o critério de conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo; (6) Gestão ambiental e prevenção da poluição: a empresa atende o critério de gestão ambiental no gerenciamento de áreas contaminadas e produtos perigosos; (7) Gestão ambiental e prevenção da poluição: a empresa atende o critério de prevenção da poluição sonora e qualidade do ar.

Oito questões no bloco social: (1) Diálogo social e desenvolvimento territorial: a empresa atende o critério de investimento e impacto social, diálogo e engajamento das partes interessadas; (2) Direitos humanos: a empresa atende o critério de combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado, evidenciando o respeito aos direitos humanos; (3) Equidade: a empresa atende o critério de políticas para equidade na cultura organizacional; (4) Diversidade e inclusão: a empresa atende o critério de políticas e práticas de diversidade e inclusão na cultura organizacional; (5) Relações e práticas de trabalhos: a



RELISE

empresa atende o critério de desenvolvimento profissional; (6) Relações e práticas de trabalhos: a empresa atende o critério que visa a qualidade de vida, políticas de remuneração e benefícios, saúde e segurança ocupacional; (7) Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor: a empresa atende o critério de políticas de relacionamento com fornecedores; (8) Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor: a empresa atende o critério de políticas de relacionamento com clientes, fornecedores e parcerias nos negócios.

Doze questões no eixo governança: (1) Governança corporativa: a empresa possui uma estrutura e composição de governança corporativa ; (2) Governança corporativa: a empresa possui um propósito e estratégia em relação à sustentabilidade; (3) Conduta empresarial: a empresa participa de programas de integridade, práticas anticorrupção e compliance; (4) Conduta empresarial: a empresa possui atividades para prevenção de concorrência desleal; (5) Conduta empresarial: a empresa atua de acordo com o critério de engajamento das partes interessadas; (6) Práticas de controle e gestão: a empresa atua na gestão de riscos do negócio; (7) Práticas de controle e gestão: a empresa possui práticas de controle interno; (8) Práticas de controle e gestão: a empresa possui auditoria interna e/ou externa; (9) Práticas de controle e gestão: a empresa atua na gestão da segurança da informação e privacidade de dados pessoais; (10) Práticas de controle e gestão: a empresa propõe um ambiente legal e regulatório; (11) Transparência na gestão: a empresa pratica a responsabilização e prestação de contas; (12) Transparência na gestão: a empresa elabora Relatórios ESG (Environmental, social, and governance) de sustentabilidade e/ou relato integrado.

Nos aspectos Gerais do ESG (Environmental, Social, and Governance) foram 19 questões: (1) O conceito de ESG é bem difundido entre todos os gestores?; (2) Critérios ESG afetam a construção do portfólio de projetos,



RELISE

produtos e/ou serviços?; (3) Os critérios ESG afetam as decisões de investimento da empresa?; (4) As práticas sustentáveis afetam a competitividade da organização no mercado global?; (5) Os impactos ambientais são considerados nas decisões de negócio?; (6) As práticas de eficiência energética têm foco na melhoria contínua na organização?; (7) A empresa possui sistemas de reaproveitamento, reutilização e/ou reciclagem de materiais?; (8) A empresa possui práticas voltadas para a economia circular e/ou logística reversa?; (9) A empresa possui práticas para garantir o bem-estar dos stakeholders (funcionários, clientes, fornecedores, acionistas)?; (10) Na empresa há ações e/ou projetos que impactam a qualidade de vida na região em que está localizada?; (11) Existem parcerias regionais com outras empresas para crescimento e beneficiamento mútuo?; (12) Há ações sociais e/ou reserva para doações e contribuições com instituições sociais?; (13) Há treinamentos que visam o desenvolvimento dos colaboradores?; (14) O processo de tomada de decisão é baseado em fatos e dados?; (15) Os colaboradores e Stakeholders participam do desenvolvimento dos objetivos e estratégias da empresa; (16) O número de mulheres em cargos na alta administração (gerência, diretoria, conselhos, presidência e vice-presidência) é equivalente ao de homens?; (17) Há políticas de diversidade e inserção de minorias nos processos seletivos? (18) Há vagas de trabalho reservadas para PCD - Pessoa com Deficiência?; (19) Auditorias (contábil, de procedimentos, de Qualidade) são realizadas pelo menos uma vez por ano?

E uma pergunta objetiva, há quanto tempo a empresa realiza o Relatório ESG (Ano/mês)? Totalizando 47 questões divididas em 5 blocos de questões. De acordo com Gil (2010), este procedimento é adotado quando pretende-se fazer interrogação de forma direta com pessoas que detém conhecimento sobre o objeto informado.



O presente estudo define como população as empresas da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), compostas por empresas brasileiras que atendem critérios ESG elencadas no período de janeiro de 2023, composta por 129 instituições. Com relação à amostra, destacam-se as empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade nas três esferas do ESG, considerando um erro amostral de 5% do total da população.

Em outras palavras, trata-se de um conjunto de técnicas e procedimentos sistemáticos para a descrição de um conteúdo, cujo objetivo não se atém somente a metodologia e sim no novo conteúdo que poderá ser gerado com as informações analisadas, agregando conteúdo a outro que já existe ou atribuindo novas descobertas, portanto esta análise utiliza-se de indicadores quantitativos e qualitativos para inferir um conhecimento (BARDIN, 1977).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram elencadas perguntas relacionadas à implementação das práticas de ESG nas organizações baseadas em três eixos, ambiental, social e governança.

Os responsáveis pelas empresas entrevistados foram questionados sobre os eixos ambiental, social e de governança, práticas ESG e barreiras para os relatórios ESG, conforme o grau de aplicabilidade e concordância estabelecidos. Observando os quadros, pode-se afirmar que as organizações estão atendendo consideravelmente aos requisitos do ESG, de forma que todos os itens, com exceção de três variáveis: Uso Sustentável da Biodiversidade e do Solo, Soluções de Eficiência Energética possuem melhoria contínua, e Mulheres em cargos da alta administração, apresentam valores com 40% de concordância, significando que são pontos que ainda merecem atenção e melhorias para que



RELISE

o ESG tenha êxito no seu papel frente à sociedade e organizações. A seguir são expostos os resultados obtidos nas análises.

Questões relacionadas ao Eixo Ambiental

Foram elencadas perguntas relacionadas ao eixo ambiental, composto pelos temas: Mudanças Climáticas; Recursos Hídricos; Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos; Economia Circular e Gestão de Resíduos; e Gestão Ambiental e Prevenção da Poluição, com base na melhor nota que atribuisse a aplicabilidade da prática na organização. A seguir tem-se os resultados na tabela 1 para o eixo ambiental.

Tabela 1 – Questões relacionadas ao Eixo Ambiental

Descrição	1 – Não se aplica	1 – Muito baixa (menor grau)	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	4 – Muito alta (maior grau)
<i>Mudanças Climáticas</i> : a empresa atende o critério de mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	0%	20%	0%	0%	20%	60%
<i>Mudanças Climáticas</i> : a empresa atende ao critério de adaptação às mudanças climáticas	0%	0%	0%	40%	20%	40%
<i>Mudanças Climáticas</i> : a empresa atende ao critério de eficiência energética	0%	0%	20%	20%	0%	60%
<i>Recursos Hídricos</i> : a empresa atende ao critério de uso da água e gestão de efluentes	0%	0%	0%	40%	20%	40%
<i>Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos</i> : a empresa atende ao critério de conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo	0%	20%	0%	40%	20%	20%
<i>Gestão ambiental e prevenção da poluição</i> : a empresa atende ao critério de gestão ambiental no gerenciamento de áreas contaminadas e produtos perigosos	0%	0%	0%	20%	40%	40%
<i>Gestão ambiental e prevenção da poluição</i> : a empresa atende ao critério de prevenção da poluição sonora e qualidade do ar	0%	0%	0%	20%	20%	40%

Fonte: Autores, 2024.



RELISE

Essas classificações permitiram identificar que quanto ao eixo ambiental as empresas no geral obtiveram medias consideravelmente boas em relação às notas de aplicabilidade, sendo a ponderação mais alta com 38,35%, alta com 20,84%, regular com 30% das respostas. Percebe-se que embora o maior percentual de respostas seja o mais alto, há ainda em segundo colocado a pontuação regular, o que demonstra que há um grau de aplicação que ainda necessita de melhores implantações e melhorias.

De acordo com Silva e Gameiro (2021), as organizações têm promovido políticas ambientais para praticar ações que modifiquem a cultura organizacional na busca de soluções corporativas sustentáveis.

Identifica-se também que as organizações estão atendendo e se adaptando constantemente às mudanças climáticas, oriunda de reflexos econômico-financeiro, político e até mesmo pela pressão da sociedade e *stakeholders* em exigir empresas politicamente corretas com foco na sustentabilidade e questões sociais.

Estas adaptações estão previstas nos objetivos do desenvolvimento sustentável, precisamente no objetivo 13, ao qual as corporações devem tomar medidas urgentes para confrontar as mudanças climáticas e os impactos ocasionados pelas atividades que desenvolvem, conforme abordado na agenda 2030 (UN, 2015).

Percebe-se que as corporações estão comprometidas, mas é notório, que há muito ainda a ser feito para que esses números sejam 100% ou próximo dele, e esse processo será possível através de soluções sustentáveis que evitem, minimizem e compensem estes impactos ocasionados pelas atividades corporativas.

Questões relacionadas ao Eixo Social

Foram elencadas perguntadas relacionadas ao eixo social, composto pelos temas: Diálogo social e desenvolvimento territorial; Direitos humanos;



Diversidade, equidade e inclusão; Relações e práticas de trabalhos; Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor, conforme a melhor nota de aplicabilidade da prática na organização. Os resultados seguem expostos na tabela 2.

Tabela 2 – Questões relacionadas ao Eixo Social

Descrição	1 – Não se aplica	1 – Muito baixa (menor grau)	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	4 – Muito alta (maior grau)
<i>Diálogo social e desenvolvimento territorial:</i> a empresa atende ao critério de investimento e impacto social, diálogo e engajamento das partes interessadas	0%	0%	0%	20%	40%	40%
<i>Direitos humanos:</i> a empresa atende ao critério de combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado, evidenciando o respeito aos direitos humanos	0%	0%	0%	0%	40%	60%
<i>Equidade:</i> a empresa atende ao critério de políticas para equidade na cultura organizacional	0%	0%	0%	20%	40%	40%
<i>Diversidade e inclusão:</i> a empresa atende ao critério de políticas e práticas de diversidade e inclusão na cultura organizacional	0%	0%	0%	40%	0%	60%
<i>Relações e práticas de trabalhos:</i> a empresa atende ao critério de desenvolvimento profissional	0%	0%	0%	20%	20%	60%
<i>Relações e práticas de trabalhos:</i> a empresa atende ao critério que visa a qualidade de vida, políticas de remuneração e benefícios, saúde e segurança ocupacional	0%	0%	0%	0%	60%	40%
<i>Promoção de responsabilidade social:</i> na cadeia de valor, a empresa atende ao critério de políticas de relacionamento com clientes, fornecedores e parcerias nos negócios	0%	0%	0%	0%	60%	40%

Fonte: Autores, 2024.

Os resultados apontam que em média 48% dos resultados obtidos referem-se à classificação muito alta de aplicabilidade de práticas sociais no desenvolvimento das tarefas. Destaca-se que apenas 12% em média, respondeu que o cumprimento da empresa quanto a esses quesitos é regular,



RELISE

ou seja, há uma margem de 40% para a ponderação alta, identificando que as empresas estão sim preocupadas e atendendo a causas sociais no desenvolvimento de suas tarefas, com intuito de minimizar problemas sociais e praticar a inserção social dos indivíduos nas organizações.

Destaca-se nesse ponto as pesquisas de Van Bellen (2002), que afirma que a gestão organizacional é responsável com os impactos sociais que suas atividades e cultura ocasionam na sociedade e aos colaboradores, portanto, para tornar-se uma vantagem competitiva necessita ser estreitamente ajustada as capacidades da empresa, com processos bastante comunicativos entre todos os envolvidos, gerando valor e conhecimento ao promover melhorias sociais e engajamento das partes interessadas. Diz respeito à garantia de que todos os membros da sociedade tenham as mesmas condições de oportunidade e acesso aos recursos, sem distinção ou diferenciação (WCED, 1987).

Os resultados demonstram as práticas e compromissos firmados com as diretrizes organizacionais (MARCONDES; BACARJI, 2010). Essas informações corroboram com achados de Schleich (2022) que analisou as políticas de gestão empresarial com foco no ESG e que estas práticas além de melhorar o desempenho das organizações tornam as relações de trabalho melhores, permitindo um desenvolvimento positivo na qualidade de vida dos profissionais, a parti do momento que trabalham alinhados a governança da empresa.

Pode-se entender que Baumgartner (2017), ao analisar as organizações em sua pesquisa, já evidenciava a mudança do cenário competitivo das empresas em busca de melhores práticas de gestão estratégia, cujo foco se concentrava nos eixos ambiental (sustentabilidade) e no eixo social (voltado as pessoas).



Questões relacionadas ao Eixo Governança

Foram elencadas perguntas relacionadas ao eixo governança, composto pelos temas: Governança corporativa; Conduta empresarial; Práticas de controle e gestão; e Transparência na gestão, observando a nota que atribuisse a aplicabilidade da prática na organização. Na tabela 3 são expostos os resultados do eixo governança.

Tabela 3 – Questões relacionadas ao Eixo Governança

Descrição	1 – Não se aplica	1 – Muito baixa (menor grau)	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	4 – Muito alta (maior grau)
<i>Governança corporativa:</i> a empresa possui uma estrutura e composição de governança corporativa	0%	0%	0%	0%	40%	60%
<i>Governança corporativa:</i> a empresa possui um propósito e estratégia em relação à sustentabilidade	0%	0%	0%	20%	20%	60%
<i>Conduta empresarial:</i> a empresa participa de programas de integridade, práticas anticorrupção e compliance	0%	0%	0%	20%	0%	80%
<i>Conduta empresarial:</i> a empresa possui atividades para prevenção de concorrência desleal	0%	0%	0%	20%	20%	60%
<i>Conduta empresarial:</i> a empresa atua de acordo com o critério de engajamento das partes interessadas	0%	0%	0%	20%	20%	60%
<i>Práticas de controle e gestão:</i> a empresa atua na gestão de riscos do negócio	0%	0%	0%	0%	60%	40%
<i>Práticas de controle e gestão:</i> a empresa possui práticas de controle interno	0%	0%	0%	0%	20%	80%
<i>Práticas de controle e gestão:</i> a empresa possui auditoria interna e/ou externa	0%	0%	0%	0%	40%	60%
<i>Práticas de controle e gestão:</i> a empresa atua na gestão da segurança da informação e privacidade de dados pessoais	0%	0%	0%	0%	40%	60%

continua

*Tabela 3 – Questões relacionadas ao Eixo Governança - continuação*

Descrição	1 – Não se aplica	1 – Muito baixa (menor grau)	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	4 – Muito alta (maior grau)
<i>Práticas de controle e gestão:</i> a empresa propõe um ambiente legal e regulatório	0%	0%	0%	0%	60%	40%
<i>Transparência na gestão:</i> a empresa pratica a responsabilização e prestação de contas	0%	0%	0%	0%	80%	20%
<i>Transparência na gestão:</i> a empresa elabora Relatórios ESG de sustentabilidade e/ou relato integrado	0%	20%	0%	0%	0%	80%

Fonte: Autores, 2024.

Estes resultados evidenciam que os indivíduos identificam que a empresa está adequada e desenvolvendo atividades na melhoria dos processos de controle e gerenciamento de dados, cujo objetivo é aumentar o desempenho econômico-financeiro e ao mesmo tempo obter boa reputação frente aos investidores.

Conforme a análise, as organizações estão fortemente focadas no desenvolvimento de práticas de governança corporativa, cujo objetivo é proporcionar maior transparência e eficácia dos desempenhos ambiental e social, assim como aprimorar controles e a atuação da empresa frente aos concorrentes (AMARAL, 2016).

Aris et al. (2018) abordam em suas pesquisas, explicando que o desenvolvimento sustentável possui diversos fatores e viéses para a sua aplicação, e que estes dependem de cada modelo de negócio, não há um padrão estabelecido de como deve ser o desenvolvimento, mas sim etapas que possam auxiliar na elaboração dele. Portanto, a questão de ainda existir um percentual como regular na aplicação da governança voltada à sustentabilidade, pode ser explicada por estes fatores.

Autores como Pinto (2020) ao estabelecer que processos muito bem estruturados e alinhados com as diretrizes organizacionais socioambientais,



RELISE

acarretam o desenvolvimento de políticas de integridade e *compliance* na formalização de um ambiente legal e regulatório.

De acordo com Servaes e Tamayo (2013), a sustentabilidade nas organizações harmoniza o engajamento sustentável e social de acordo com as práticas de governança estabelecidas pelos gestores no intuito de obter melhores retornos financeiros no desenvolvimento de seus colaboradores.

Importante mencionar que a respeito da conduta empresarial, nota-se que em nenhuma das análises ocorreram situações abaixo do grau mediano, considerado pela classificação regular, e pode-se, portanto, concluir que as organizações nestes quesitos estão desenvolvendo suas atividades para obter o máximo possível de aproveitamento das diretrizes de governança empresarial.

Portanto, a partir destes resultados, pode-se afirmar de acordo a PR2030 (2022) e os ideais de Clarck (2020) que uma boa gestão corporativa, cumprindo as diretrizes da governança empresarial é capaz de proporcionar à empresa maior segurança e transparência a todas as partes envolvidas, desenvolvendo um ambiente que administra e controle os riscos operacionais.

Aspectos gerais do ESG

Foram organizadas questões relacionadas ao Conceito ESG das empresas, para verificar o nível de cumprimento das três esferas unificadas na organização, com base na nota que atribuisse o grau de concordância do conceito na organização, como pode ser visto na tabela 4 que segue.



Tabela 4 – Aspectos gerais do ESG

Descrição	1 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente (menor grau)	2 – Discordo	3 – Nem concorde e nem discordo	4 – Concorde	4 – Concorde totalmente (maior grau)
<i>O conceito de ESG é bem difundido entre todos os gestores</i>	0%	0%	0%	40%	20%	40%
<i>Critérios ESG afetam a construção do portfólio de projetos, produtos e/ou serviços?</i>	0%	0%	0%	0%	60%	40%
<i>Os critérios ESG afetam as decisões de investimento da empresa</i>	0%	0%	0%	20%	60%	20%
<i>As práticas sustentáveis afetam a competitividade da organização no mercado global</i>	0%	0%	0%	20%	60%	20%
<i>Os impactos ambientais são considerados nas decisões de negócio</i>	0%	0%	20%	20%	40%	60%
<i>As práticas de eficiência energética têm foco na melhoria contínua na organização</i>	20%	0%	0%	20%	60%	0%
<i>A empresa possui sistemas de reaproveitamento, reutilização e/ou reciclagem de materiais</i>	20%	0%	0%	40%	20%	20%
<i>A empresa possui práticas voltadas para a economia circular e/ou logística reversa</i>	20%	0%	0%	20%	20%	40%
<i>A empresa possui práticas para garantir o bem-estar dos stakeholders</i>	0%	0%	0%	0%	80%	20%

continua



Tabela 4 – Aspectos gerias do ESG (continuação)

Descrição	1 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente (menor grau)	2 – Discordo	3 – Nem concorde e nem discordo	4 – Concorde	4 – Concorde totalmente (maior grau)
<i>Na empresa há ações e/ou projetos que impactam na qualidade de vida da região em que está localizada</i>	0%	0%	0%	40%	60%	0%
<i>Existem parcerias regionais com outras empresas para crescimento e beneficiamento mútuo</i>	0%	0%	0%	40%	60%	0%
<i>Há ações sociais e/ou reserva para doações e contribuições com instituições sociais</i>	0%	0%	0%	0%	40%	60%
<i>Há treinamentos que visam o desenvolvimento dos colaboradores</i>	0%	0%	0%	0%	40%	60%
<i>O processo de tomada de decisão é baseado em fatos e dados</i>	0%	0%	20%	0%	40%	40%
<i>Os colaboradores e Stakeholders participam do desenvolvimento dos objetivos e estratégias da empresa</i>	0%	0%	0%	20%	80%	0%
<i>O número de mulheres em cargos na alta administração</i>	0%	0%	20%	40%	40%	0%
<i>Há políticas de diversidade e inserção de minorias nos processos seletivos</i>	0%	0%	0%	20%	80%	0%
<i>Há vagas de trabalho reservadas para PCD - Pessoa com Deficiência</i>	0%	0%	0%	0%	80%	20%
<i>Auditorias (contábil, de procedimentos, de Qualidade) são realizadas pelo menos uma vez por ano</i>	0%	0%	0%	0%	60%	40%

Fonte: Autores, 2024.



RELISE

Quando questionados sobre o grau de concordância do conceito e aplicação do ESG nas organizações em que atuam, de forma geral, os resultados foram positivos com maior concentração em concordo e concordo totalmente.

Destacam-se algumas respostas que tiveram divisão das opiniões, respondendo concordo e nem concordo e nem discordo, em alguns critérios como o ESG ser bem difundido na organização, práticas de reaproveitamento, reutilização e reciclagem, evidenciando que há atividade que precisam ser melhoradas tanto no sentido de elaboração quanto de comunicação, realizando e divulgando tarefas mais proveitosas ao incentivo de sua aplicação.

Quanto ao ESG afetar as decisões da empresa, os impactos ambientais serem considerados na tomada de decisão, haver participação em políticas de economia circular, realizar práticas de ações sociais, como a inclusão, diversificação e equidade dos indivíduos, foram precisas as respostas com a maioria das opiniões considerando concordarem entre 40% e 60%.

Nesse ponto, Yu e Zhao (2015) afirmam que as práticas de ESG trazem retornos positivos ao desenvolvimento das atividades da organização, portanto ao analisar a tabela acima, identifica-se que a maior parte das respostas, unindo as ponderações concordo e concordo totalmente, chegamos a 60%, o que significa que as atividades estão interligadas e atendem as práticas sustentáveis, sociais e de governança.

Porém, de outro ponto de vista, há um percentual elevado, cerca de 40%, não visualiza as práticas sustentáveis com nitidez, concordando e discordando ao mesmo tempo, possivelmente pelo fato de não ter uma boa comunicação com as partes interessadas e uma estrutura adequada para colocar a prática ESG em conjunto com as diretrizes organizacionais, pois conforme Van Bellen (2002), melhorar os meios de comunicação é um processo complexo mas essencial para a disseminação de melhores práticas sustentáveis no meio corporativo.



RELISE

O conceito de ESG é bastante amplo, mas o objetivo final dele é único, inserir nas organizações práticas que envolvam melhorias sociais, preservação do meio ambiente e uma governança aprimorada (PACTO GLOBAL, 2020).

Flower (2015) afirma que informações sobre ESG auxiliam os gestores nas tomadas de decisões, na maioria, evidenciadas através de indicadores que possibilitam essa análise e a influência nos propósitos da organização. Portanto, as respostas mais significativas abrangem a escala de concordo com 60%, evidenciando boas práticas do ESG e seu reflexo no desempenho corporativo.

A competitividade da organização aliada às práticas sustentáveis, por meio de inovações permitem um desenvolvimento socioeconômico mais produtivo com a implementação de melhores práticas voltadas à preservação de recursos naturais e manutenção do meio ambiente. Aos olhos dos *stakeholders* e da sociedade, essas ações são julgadas como positivas, trazendo maior retorno financeiro e reputação à organização, conforme abordado por Yu e Zhao (2015).

Essas análises corroboram com os estudos de Silva e Rover (2016) que lembram a importância que os relatórios de sustentabilidade podem proporcionar às organizações e também à sociedade, uma vez que a sociedade poderá acompanhar as práticas desenvolvidas pelas empresas, evidenciando as preocupações e conquistas atingidas na mitigação de problemas ambientais, como os *stakeholders* também poderão identificar que as corporações possuem um propósito além do lucro, que há um olhar para o futuro, atraindo ainda mais investidores e resultados econômico-financeiro positivos.

Ressalta-se que há um pequeno percentual responsável pela não aplicação deste critério, não sabendo ao certo o porquê destas respostas, mas conforme Torugsa, O'donohue e Hecker (2012), provavelmente estas organizações em geral, quando não evidenciam estas ações à sociedade, provavelmente não estão utilizando práticas ESG, focadas na responsabilidade



RELISE

social corporativa para obter vantagem competitiva e ao mesmo tempo aprimorar o uso de recursos sustentáveis na formulação de bens e serviços.

Acredita-se que as empresas responsáveis pelos maiores índices de cumprimento do critério adotaram as práticas de economia circular para contribuir com o meio ambiente na redução da geração de resíduos e na conservação dos ecossistemas, conforme Giovanelli (2015) aponta que as atividades sustentáveis podem ser lucrativamente eficazes utilizando recursos naturais e evitando o desgaste provocado por abusos ambientais.

Segundo Engelmann e Nascimento (2021), o eixo social é responsável em parte por essa atribuição devendo manter igualdade e respeito entre os indivíduos e ao mesmo tempo proporcionando expectativas de vidas melhores, ofertando inclusão social, bem-estar social, melhor ambiente de trabalho e satisfazer ao realizar suas tarefas.

As pesquisas de Yu e Zhao (2015) afirmam que as práticas de ESG permitem às empresas intensificarem o comprometimento com os colaboradores, através de programas de melhoria continua e desenvolvimento profissional, objetivando a evolução pessoal, financeira e laboral do indivíduo. Esse desenvolvimento é percebido pelas organizações há um bom tempo em virtude dos benefícios que acarretam para a empresa, ou seja, ao ter um aprimoramento de técnicas e habilidades de um colaborador, ele evolui também o ambiente de trabalho, realizando atividades com maior eficácia e competência (PR 2030, 2022).

Segundo Cruz (2021), a gestão mais participativa dos colaboradores permite um olhar intrínseco, voltado a melhorias de práticas internas de trabalho, assim como os *stakeholders* possuem o lado extrínseco da questão, identificando de fora da organização aspectos importantes não financeiros relevantes a tomada de decisões.



Conforme aborda a norma PR2030 e Engelman e Nascimento (2021), promover a inclusão social, equidade, e diversificação dos indivíduos em uma instituição, pode trazer retornos financeiros positivos, pois aos olhos dos *stakeholders*, que buscam empresas que praticam atividades socioambientais, são melhores vistas pela sociedade, e os próprios indivíduos trarão retorno por apresentar melhores resultados na prática de suas atividades, livres de condições e pré-conceitos. Portanto, verifica-se que é uma caminhada longa ainda, mas que a longo prazo, tende a ser predominante.

A respeito da auditoria, para Khan et al. (2016) e Fride (2019) é muito importante, pois ela traz um grau de regulação aos relatórios e atividades divulgados pelas organizações, assim possui a responsabilidade de averiguar tais questões e o cumprimento delas no que tange às atividades realizadas no período.

Os representantes das organizações, foram questionados a partir de que ano a empresa realiza e divulga o Relatório ESG, obtendo respostas bem variadas, na qual se destaca o maior percentual, com 40% a partir de 2010, sendo que os demais, apresentaram 20% a partir de 2000, 20% a partir de 1990 e 20% ainda não realiza tal tarefa.

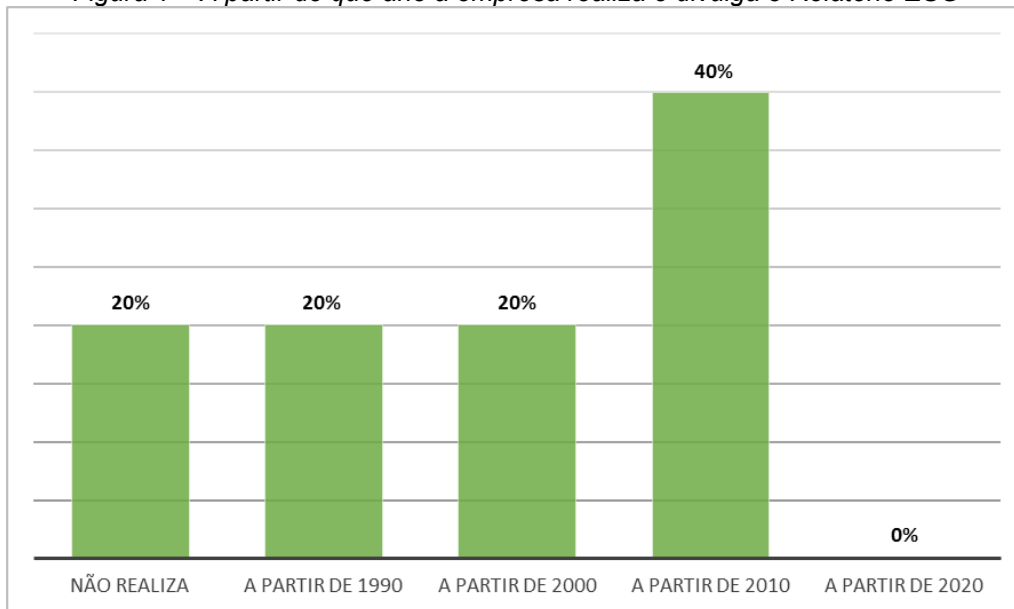
Uma das etapas mais importantes no que tange às práticas do ESG é a divulgação do relatório para evidenciar as atividades incorridas pela organização. Portanto, de acordo com Schleich (2022) o ESG tem o papel de reestruturar a gestão organizacional inserindo práticas e políticas que gerem melhores desempenhos no desenvolvimento das atividades, mas para que isto ocorra, é fundamental evidenciar essas relações positivas ou negativas, ocasionadas pela inserção de práticas governamentais e socioambientais à sociedade e partes interessadas, com intuito de obter melhores resultados econômico-financeiro.



RELISE

249

Figura 1 – A partir de que ano a empresa realiza e divulga o Relatório ESG



Fonte: Autores, 2024.

Conforme afirmam Fatemi, Glaum e Kaiser (2018) e Alareeni e Hamdan (2020), a divulgação de relatórios ESG pode ser um diferencial competitivo da organização, pois ao evidenciar que a organização pratica atividades ambientais, sociais e de governança para um melhor desempenho e repasse à sociedade, acaba por aumentar o valor da empresa.

Com estes resultados, nota-se que embora a partir de 1990 já havia empresas que divulgavam seus relatórios, houve um crescente a partir de 2010, demonstrando que as organizações estão cada vez mais aderindo às práticas sustentáveis e tornando-as um diferencial estratégico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a norma PR2030 (2022), para elaboração e divulgação do relatório ESG, deve-se atentar a alguns pontos para que tenha informações completas, como: haver a conscientização das organizações sobre divulgar dados de qualidade, permitir os *stakeholders* avaliar de forma sensata a organização, permitindo que ações sejam empregadas, promover o diálogo entre



RELISE

as partes interessadas e auxiliar os investidores na tomada de decisão. Para tanto, o relatório deve contemplar relevância estratégica e materialidade da abordagem ESG.

Nos resultados obtidos na pesquisa para as categorias ligadas ao eixo ambiental, as mudanças climáticas obtiveram em média 53,34% das ponderações para a aplicabilidade muito alta, 13,34% para alta, 20% para regular, 6,66% para baixa e não se aplica. Os recursos hídricos compreenderam respostas com aplicabilidade de 40% regular, 20% alta 40% muito alta. No quesito biodiversidade e serviços ecossistêmicos, se obteve uma média das ponderações de aplicação sendo, 20% muito baixa, 40% regular, 20% alta e 20% muito alta. Já na economia circular, gestão de resíduos e prevenção da poluição, obteve-se médias quanto à aplicabilidade de 10% baixa, 20% regular, 30% alta e 40% muito alta.

No eixo social, a categoria diálogo social e desenvolvimento territorial obteve médias de 20% para regular, 40% para alta e 40% para muito alta em relação à aplicabilidade dos quesitos sociais. Direitos humanos teve 40% alto e 60% muito alto. Diversidade, equidade e inclusão social, obtiveram ponderações médias de 30% para regular, 20% alta e 50% muito alta. Sobre as relações e práticas de trabalho resultou em média 10% regular, 40% alta e 50% muito alta. O último item social, promoção de responsabilidade social na cadeia de valor atingiu resultados com 60% de aplicabilidade alta e 40% muito alta.

O eixo governança, composto pelas categorias, governança corporativa, conduta empresarial, práticas de controle e gestão e transparência na gestão, obtiveram as melhores classificações da pesquisa junto aos representantes das empresas. Com as avaliações em média acima de 60% e 40% quanto à aplicabilidade, foram obtidas respostas com muito alto e alto respectivamente.

Nos aspectos gerais do ESG obteve-se respostas variadas, sendo que 40% identificam em maior grau, concordando totalmente sobre a empresa estar



RELISE

251

desenvolvendo práticas de ESG, e 20% apenas concordam. Em contrapartida, nota-se que 40% nem concordam, nem discordam sobre o assunto, identificando que as práticas desenvolvidas não são tão explícitas sobre o assunto tratado.

E destaque para que 40% dos entrevistados apontam que suas empresas divulgam seus relatórios a partir de 2010 e 20% ainda não realiza tal tarefa revelando que o tema ainda se encontra em grau de maturidade de aplicação pelas empresas recente.

Em resumo o relatório ESG é uma ferramenta essencial para as empresas, pois permite a avaliação e a comunicação de suas práticas ambientais, sociais e de governança. A importância desse relatório e de sua divulgação pode ser entendida transparência e credibilidade, atração de investidores, gestão de riscos, vantagem competitiva, relacionamento com os *stakeholders*, além do impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Para trabalhos futuros podem ser efetuados observando os anos seguintes da sua implementação e se esta está sendo realizada com sucesso. Também se sugere estudos a respeito do avanço na aplicação da Norma PR2030, sugerindo elaborações de relatórios com base nela, ao qual hoje, basicamente a maioria segue o GRI, para que seja possível analisar a eficácia desta prática em relação a mais usual no momento e propor avanços na sua elaboração.

REFERÊNCIAS

ALAREENI, B. A.; HAMDAN, A. Impacto ESG no desempenho de empresas listadas no S&P 500 dos EUA. **Governança Corporativa**, [s.l.], v. 20, n. 7, 1409-1428, 2020.

AMARAL, P. O. Lei das Estatais: Espectro de Incidência e regras de governança. **Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei**, v. 13, p. 58-70, 2016.

ARAGÃO, J. W. M.; MENDES NETA, M. A. H. **Metodologia científica**. 2017.



RELISE

252

ARRIVE, J. T.; FENG, M. Corporate social responsibility disclosure: Evidence from BRICS nations. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s.l.], v. 25, n. 5, p. 920-927, 2018. DOI <https://doi.org/10.1002/csr.1508>.

ARIS, N. A. *et al.* Designing indicators for cooperative sustainability: the Malaysian perspective. **Social Responsibility Journal**, [s.l.], v. 14, p. 226-248, 2018.

ATIF, M.; ALI, S. Environmental, social and governance disclosure and default risk. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 30, n. 8, p. 3937-3959, 2021. DOI <https://doi.org/10.1002/bse.2850>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1977.

BAUMGARTNER, R. J.; RAUTER, R. Strategic perspectives of corporate sustainability management to develop a sustainable organization. **J. Clean. Prod.**, [s.l.], v. 140, p. 81-92, 2017.

BRASIL, **LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976**.

BROGI, M.; LAGASIO, V. Environmental, social, and governance and company profitability: Are financial intermediaries different?. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 576-587, 2019. DOI <https://doi.org/10.1002/csr.1704>.

CONCA, L. *et al.* The impact of direct environmental, social, and governance reporting: Empirical evidence in European-listed companies in the agri-food sector. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 1080-1093, 2021. DOI <https://doi.org/10.1002/bse.2672>.

CORT, T.; ESTY, D. ESG Standards: Looming challenges and pathways forward. **Organization & Environment**, [s.l.], v. 33, n. 4, p. 491-510, 2020. DOI [10.1177/1086026620945342](https://doi.org/10.1177/1086026620945342).

CRUZ, F. N. Gestão da Sustentabilidade e Gestão de Projetos: caminhos para integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política das organizações. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [s.l.], v. 9, n. 3, 2021.



RELISE

DAUB, C. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 75-85, 2007. DOI <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>.

DIMSON, E.; MARSH, P.; STAUNTON, M. Divergent ESG ratings. **The Journal of Portfolio Management**, [s.l.], v. 47, n. 1, p. 75-87, 2020.

DONTHU, N.; GUSTAFSSON, A. Effects of COVID-19 business and research. **Journal of Business Research**, [s.l.], v. 117, p. 284-289, 2020.

ENGELMANN, W.; NASCIMENTO, H. C. P. O desenvolvimento dos direitos humanos nas empresas por meio do ESG como forma de qualificar as relações de trabalho. **Revista da Escola Judicial do TRT4**, [s.l.], v. 3, n. 6, 2021.

FATEMI, A.; GLAUM, M.; KAISER, S. ESG performance and firm value: The moderating role of disclosure. **Global Finance Journal**, [s.l.], v. 38, p. 45-64, 2018.

FLOWER, J. The international integrated reporting council: A story of failure. **Critical Perspectives on Accounting**, [s.l.], v. 27, p. 1-17, 2015.

FRIEDE, G. Why don't we see more action? A metasynthesis of the investor impediments to integrate environmental, social, and governance factors. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 28, n. 6, p. 1260-1282, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOVANELLI, A. **Triple bottom line ou tripé da sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <https://logisticareversa.org/2015/06/15/triple-bottom-line-ou-tripe-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GRI. Global Reporting Initiative. **Sustainability Reporting Guidelines**. 2002. Disponível em: <http://www.globalreportinginitiative.org>. Acesso em: 21 out. 2022.

HARYMAWAN, I. *et al.* Financially distressed firms: Environmental, social, and governance reporting in Indonesia. **Sustainability**, [s.l.], v. 13, n. 18, p. e10156, 2021. DOI <https://doi.org/10.3390/su131810156>.

KASSAI, J. R.; CARVALHO, L. N. G.; KASSAI, J. R. S. **Contabilidade ambiental: relato integrado e contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2019. 329p.



RELISE

254

KHAN, M.; SERAFEIM, G.; YOON, A. Corporate sustainability: First evidence on materiality. **The accounting review**, [s.l.], v. 91, n. 6, p. 1697-1724, 2016.

KOULOLOUKOUI, D. *et al.* Factors influencing the level of environmental disclosures in sustainability reports: Case of climate risk disclosure by Brazilian companies. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s.l.], v. 26, n. 4, p. 791-804, 2019.

LI, Y. *et al.* The impact of environmental, social, and governance disclosure on firm value: The role of CEO power. **The British Accounting Review**, [s.l.], v. 50, n. 1, p. 60-75, 2018.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE – Sustentabilidade no mercado de capitais**. São Paulo: Report Editora, 2010.

MARQUIS, C.; TOFFEL, M. W.; ZHOU, Y. Scrutiny, norms, and selective disclosure: A global study of greenwashing. **Organization Science**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 483-504, 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

PACTO GLOBAL. **Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa**. [S.l.]: Pacto Global, 2021. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 29 set. 2022.

PACTO GLOBAL. ESG. **Rede Brasil do Pacto Global**, São Paulo, 2020.

PINTO, L. A Era do ESG: Investimentos e negócios além do lucro. **Expert XP**, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/a-era-doesg-investimentos-e-negocios-alem-do-lucro/>. Acesso em: 19 out. 2022.

RELATÓRIO DA EBA. **Gestão e supervisão de riscos ESG**. Disponível em: https://www.eba.europa.eu/sites/default/documents/files/document_library/Publications/Reports/2021/1015656/EBA%20Report%20em%20ESG%20riscos%20gerenciamento%20e%20supervisão.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

SCHLEICH, M. V. Quais são as políticas e práticas em recursos humanos mais utilizadas pelas empresas com melhores índices ESG no BRASIL? **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 62, 2022.



RELISE

255

SCHNEIDER, E. M.; FUJII, R. A. X.; CORAZZA, M. J. Pesquisas qualitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s.l.], v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017.

SERVAES, H.; TAMAYO, A. The impact of corporate social responsibility on firm value: The role of customer awareness. **Management science**, [s.l.], v. 59, n. 5, p. 1045-1061, 2013.

SHVARTS, E. *et al.* Environmental rating of oil and gas companies in Russia: How assessment affects environmental transparency and performance. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 27, n. 7, p. 1023-1038, 2018.

SILVA, M. F.; GAMEIRO, A. H. Indicadores de sustentabilidade para a produção de leite: uma revisão de literatura. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, [s.l.], v. 6, n. 5, p. 208-237, 2021.

SINGHANIA, M.; SAINI, N. Institutional framework of ESG disclosures: comparative analysis of developed and developing countries. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 1-44, 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3795360. Acesso em: 17 out. 2022.

TORUGSA, N. A.; O'DONOHUE, W.; HECKER, R. Capabilities, proactive CSR and financial performance in SMEs: Empirical evidence from an Australian manufacturing industry sector. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 109, n. 4, p. 483-500, 2012.

UMAR, Z. *et al.* Impact of the Covid-19 induced panic on the Environmental, Social and Governance leaders equity volatility: A time-frequency analysis. **Research in international business and finance**, [s.l.], v. 58, p. e101493, 2021. DOI <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2021.101493>.

UNIPRI ASSOCIATION *et al.* **What are the principles for responsible investment**. 2021.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sdgs-framework-for-covid-19-recovery/>. Acesso em: 07 ago. 2022.



RELISE

256

VAN-BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our common future**. London: Oxford University Press, 1987.

XIE, J. *et al.* Do environmental, social, and governance activities improve corporate financial performance? **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 286-300, 2019. DOI <https://doi.org/10.1002/bse.2224>.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YU, M.; ZHAO, R. Sustainability and firm valuation: an international investigation. **International Journal of Accounting and Information Management**, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 289-307, 2015.